



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF GRUPO B EM MINAS GERAIS**

**FÁTIMA MARÍLIA ANDRADE DE CARVALHO; ANA BÁRBARA CARDOSO
ALVARENGA;**

UFV

VIÇOSA - MG - BRASIL

fmac@ufv.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

POLÍTICAS SETORIAIS E MACROECONÔMICAS

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR – PRONAF, GRUPO “B”, EM MINAS GERAIS**

Grupo de pesquisa

5. Políticas Setoriais e Macroeconômicas

1. Introdução

Nas décadas de 60 e 70, o governo federal injetou grande volume de recursos na agricultura, principalmente por meio do crédito rural, além de outras medidas de apoio que objetivavam a modernização do setor.

Assim, a atividade agropecuária passou por um processo de mudança em sua base técnica, ao consolidar o Complexo Agroindustrial Brasileiro (CAI), tornar-se menos dependente da terra e da força de trabalho e articular-se mais com a indústria produtora de insumos e bens de capital (DELGADO, 1985).

Na década de 80, foi implantado um conjunto de reformas estruturais na economia brasileira, em decorrência do acirramento da crise da dívida externa e do deterioramento das condições fiscais e financeiras do Estado (DIAS e AMARAL, 1999). As políticas de ajuste macroeconômico levaram à redução no volume de crédito, bem como à indexação das taxas de juros nominais à inflação. Essas mudanças na política agrícola faziam parte de um conjunto de medidas de controle do déficit fiscal e da geração de divisas para equilibrar o balanço de pagamentos.

A principal mudança no crédito rural foi nas fontes de recursos, devido ao esgotamento dos mecanismos tradicionais de financiamento, que se apoiavam, pesadamente, nos recursos do Tesouro e obrigavam o governo a buscar fontes alternativas.

A partir de 1988, ocorreram novas mudanças na política agrícola. Foi aprovada a criação dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional, com a finalidade de assegurar recursos para o financiamento das atividades produtivas nas regiões menos desenvolvidas do País (BUANAIN, 1997).

No início dos anos 90, o combate à inflação foi uma das principais justificativas para realização de reformas, com o intuito de promover a estabilidade e proporcionar maior crescimento e desenvolvimento do País (HELFAND e REZENDE, 2001). A economia brasileira iniciou um processo de liberalização e abertura econômica, privatização de alguns setores, até então dirigidos pelo Estado, e desregulamentação dos mercados internos.

A falta de recursos na década de 90 levou à reestruturação do papel do Estado na economia, reduzindo sua participação no mercado e demandando ações conjuntas com o setor privado, nos diferentes níveis. Desse modo, o governo passou a transferir parte da responsabilidade das políticas de crédito e outras formas de apoio à agricultura para as instituições privadas; em contrapartida, desenvolveu programas específicos que compensassem os pequenos e médios agricultores incapacitados de produzir sem apoio financeiro.

A estratégia consistiu em reduzir os subsídios à agricultura comercial e reservar os recursos para a agricultura de base familiar (MENDONÇA DE BARROS, 1998). O propósito era concentrar a ação do Estado neste subsetor da agricultura, segmento que não acompanhou a mudança tecnológica dos últimos anos, em virtude de sua descapitalização e dificuldade de acesso ao sistema financeiro.

Neste enfoque, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ganhou importância como mecanismo de desenvolvimento rural, tendo como fundamentos a expansão da agricultura, o aumento da produção agrícola e a melhoria da qualidade de vida no meio rural. O Programa prevê o apoio às atividades por meio de financiamento (crédito rural), melhoria de infra-estrutura e capacitação profissional.

De forma mais específica, os beneficiários do Pronaf podem ser classificados em quatro grupos especiais: A, B, C e D. O grupo A é constituído pelos agricultores familiares assentados em projetos de reforma agrária; o B, por agricultores familiares, de renda mínima, que são assalariados rurais com estabelecimento rural ou famílias com estabelecimento rural que exercem atividades não-agropecuárias; o grupo C, é por agricultores familiares descapitalizados ou por trabalhadores rurais descapitalizados com atividades não-agropecuárias em estabelecimento rural; e o D, por agricultores familiares com maior nível de capitalização e que exercem atividades não-agropecuárias em estabelecimento rural.

A importância estratégica da agricultura familiar para a economia agrícola brasileira fundamenta a elaboração de estudos que confrontam as propostas de atuação governamental, nessas novas linhas de crédito, com os resultados obtidos pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborado a partir da realidade e das necessidades dos agricultores familiares, no sentido de subsidiar reformulações necessárias e novas propostas de atuação.

Nessa perspectiva, este estudo buscou analisar as mudanças nas condições econômico-sociais do público atendido pelo Pronaf “B”, que tem o objetivo específico de financiar investimentos produtivos desenvolvidos por homens e mulheres com baixa renda, excluídos das políticas de crédito rural, possibilitando novas oportunidades de renda e ocupações produtivas. No caso de Minas Gerais, a experiência do Pronaf “B” tem recebido grande apoio governamental, por meio do serviço de assistência técnica e extensão rural da EMATER-MG, e já está em seu terceiro ano de atuação nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte, consideradas as mais pobres do Estado. A atuação desse Programa vem, a cada ano, aumentando o número de beneficiados, embora não tenha sido ainda objeto de avaliação.

A partir desta proposta de ação governamental e em parceria com a EMATER-MG, foi analisada a evolução dos indicadores econômicos, como renda, acesso a crédito, recursos produtivos, infra-estrutura, e os indicadores sociais, como qualidade de vida, educação, saúde e nutrição. Com base na relação Margem Líquida Auferida e Crédito Médio Obtido nas atividades beneficiadas pelo Pronaf “B”, foi avaliada a capacidade de pagamento do produtor. Como outros.

Selecionou-se, como universo de análise, o município de Porteirinha, no Estado de Minas Gerais, por ser a área de maior atuação do Programa no Estado, dado o número de produtores atendidos e dados os recursos disponibilizados na linha de microcrédito.

2. Referências analíticas

No setor agrícola, as decisões de aplicação de recursos financeiros são indispensáveis, devido à escassez de capital, à instabilidade de preços, às dificuldades de armazenamento e de comercialização da safra e, ainda, às freqüentes modificações na política agrícola. Apesar das incertezas, decisões são tomadas tanto com referência à aplicação de recursos próprios quanto à utilização de recursos públicos via crédito agrícola. A decisão sobre a viabilidade de um projeto exige o emprego de critérios e regras que devem ser obedecidos para que o projeto seja operacionalizado.

A partir do confronto entre a proposta de atuação das políticas governamentais de apoio à produção e a dinâmica de sua atuação ao longo do tempo, é possível analisar os resultados obtidos e o alcance dos objetivos propostos. Com base neste procedimento analítico, foi realizado, neste estudo, um acompanhamento dos indicadores econômicos e sociais, procedendo-se a uma avaliação comparativa de sua evolução por meio de tabelas e análise de freqüência, considerando-se a situação dos beneficiários antes e depois da implementação do Pronaf “B”.

Os indicadores econômicos considerados foram relacionaram-se com a estrutura produtiva terra, trabalho, capital, exploração agrícola e pecuária, tecnologia de produção, comercialização e crédito. Além destes, foi considerado o comportamento da renda familiar, indicador econômico de importância fundamental para a análise dos resultados do programa. Os indicadores sociais analisados foram escolaridade, moradia, saneamento, saúde e educação.

Com o intuito de verificar a capacidade do programa em gerar vantagens ou desvantagens fora da unidade de produção, foram analisados aspectos referentes à evolução da participação dos beneficiários no mercado, em associação de produtores, em movimentos cooperativistas ou em outros programas comunitários, como previsto em sua proposta.

Relação margem líquida média/crédito médio

Para avaliação da capacidade de pagamento do beneficiário em relação ao valor financiado e, ou, a auto-sustentação da atividade financiada e a evolução da renda obtida, foi utilizado o seguinte indicador:

$$I = \frac{MLM}{COM},$$

em que MLM é Margem Líquida Média, em R\$; e CMO, Crédito Médio Obtido, em R\$. Este indicador foi obtido a partir das receitas das atividades que receberam crédito do Pronaf “B” e do valor médio do financiamento, no primeiro ano de amortização do crédito obtido (2001) e no último ano pesquisado (2004). $I > 1$, significa que o agricultor rural beneficiário do Pronaf

“B” obteve receitas suficientes para honrar os seus compromissos, em relação ao valor financiado; e $I < 1$, que o beneficiário não obteve receitas suficientes para cobrir o valor da amortização do financiamento.

3. Procedimentos analíticos e fontes de dados

Os dados utilizados neste estudo foram de caráter primário, obtidos pela aplicação direta de questionários semi-estruturados aos produtores rurais, o que caracterizou um método exploratório de pesquisa em que se buscou identificar as vantagens e desvantagens do programa ao longo do tempo. Os questionários foram aplicados por técnicos da Emater, com base em uma amostragem que obedecia à proporcionalidade do número de propriedades rurais do município de Porteirinha beneficiados pelo Pronaf “B”, a um nível de contabilidade de 90%, totalizando uma amostra de 62 famílias beneficiadas.

4. Resultados e discussão

Caracterização do município de Porteirinha e dos beneficiários do Pronaf B

O Pronaf “B” beneficiou 165 municípios e 82.126 produtores rurais localizados nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. O valor total dos recursos liberados, no período de 2000 a 2004, foi cerca de R\$ 64 milhões, o que equivale a uma média de R\$ 788,00 por produtor .

O município de Porteirinha foi o único destas regiões a ser beneficiado desde o primeiro ano, ou seja, desde o ano 2000, tendo sido este um dos critérios de sua seleção. Está localizado na região norte de Minas Gerais e tem área de 1.812,5 km² e uma população de 38.081 habitantes. As principais atividades econômicas são agropecuária, extração vegetal e pesca; industrial; comércio de mercadorias e serviços. Apesar de o setor agropecuário absorver maior número de habitantes, o setor de serviços é o que gera maior Produto Interno Bruto, 67,75%, segundo informações do IBGE (2002).

As principais atividades pecuárias desenvolvidas nas propriedades beneficiárias do Pronaf “B” são suinocultura, bovinocultura de leite e bovinocultura de corte, de caráter não-comercial. Embora algumas culturas se destaquem pela sua importância relativa, observa-se a prática de diversificação em quase todas as propriedades; em nenhuma delas há apenas uma cultura, ou seja, prevalece o sistema de policultura, com caráter predominante de subsistência. Os principais produtos são milho, feijão, mandioca, cana, café, arroz, algodão, sorgo e amendoim.

Os resultados mostram que, nas propriedades beneficiadas pelo Pronaf B, os produtores dedicam-se à atividade rural há muitos anos. Cerca de 33,9% das famílias têm entre 16 e 25 anos de trabalho rural; 22,6%, entre 26 e 35; e 21%, entre 36 e 45, ou seja, 77,5% estão, em média, 30 anos inseridos na atividade agrícola, o que, de certa forma, reflete a dependência das famílias para com o meio rural, no que se refere à subsistência, e desenvolvem uma agricultura familiar de baixa capitalização, o que denota a importância de um programa de apoio como o Pronaf.

No que se refere ao número de membros da família que se dedicam à atividade agropecuária, em cerca de 30,6% das propriedades, o número de pessoas residem na propriedade é, em média, de quatro em 25,6%, cinco pessoas em média, e em 16,1%, três pessoas em média. Há, assim, disponibilidade relativa de mão-de-obra para desenvolver as atividades agrícolas, que é a principal fonte de renda. Essa importância da agricultura como meio de subsistência das famílias rurais consolida o propósito de que a disponibilidade de crédito rural tem importância fundamental para ampliação da renda desses produtores, mantendo-os ligados à atividade rural de forma produtiva.

Evolução dos indicadores econômicos e sociais

No que se refere aos fatores de produção terra, trabalho e capital, em termos gerais, pode-se definir o público, objeto de análise, como uma categoria de produtores que exploram intensivamente a pouca terra de que dispõem, utilizando ao máximo a mão-de-obra familiar não-remunerada. Há grande escassez de capital, e os recursos produtivos utilizados na produção agropecuária são rudimentares e tradicionais.

Foram observadas pequenas variações no uso da terra e do trabalho, as quais não podem ser relacionadas com a atuação do Programa, senão com uma evolução e realocação natural do processo produtivo ao longo do tempo, devido a condições de preço, comercialização e outras variáveis que afetam a decisão dos produtores e, conseqüentemente, a área plantada em cada ano agrícola.

O capital empregado na condução das atividades é precário, constituído de ferramentas manuais e equipamentos básicos, condições que limitam a ampliação da produção e, por conseqüência, uma comercialização mais competitiva. Da mesma forma, no caso da criação de animais prevalece um manejo inadequado e de baixo nível tecnológico, com pequenas possibilidades de engajamento numa produção comercial na ausência de maior investimento e mais direcionado à realidade local.

Quanto ao desempenho da exploração agrícola numa área de intervenção governamental, pode-se concluir que há mais tendência à conservação do que a mudanças nas práticas e comportamentos, embora estes resultados sejam esperados, por ser um programa com pouco tempo de atuação, com recursos de pequeno valor médio e principalmente, por não ter sido direcionado à atividade agrícola, mas sim à pecuária. Foram observados pequenos acréscimos na produtividade para pecuária leiteira, avicultura e suinocultura, e, considerando o fato de que o microcrédito foi aplicado nessas atividades, podem-se relacionar esses melhores resultados à atuação do Programa.

Quanto à infra-estrutura social, o quadro não difere muito do encontrado para a infra-estrutura de produção, ou seja, é muito baixa a escolaridade da família, visto que 43,6% dos produtores frequentou apenas um ano de escola.

A situação das habitações, assim como as condições de saneamento, é também muito deficiente. Poucas casas têm água encanada, 4,8%; energia elétrica, 19,4%; e instalação sanitária, 1,6%. No caso do saneamento, em pouco mais da metade das casas o desemboque das águas ocorre a céu aberto.

As melhorias ocorridas nos aspectos relacionados com escolaridade, moradia, saneamento, saúde e educação, observadas ao longo do período de atuação do Programa, não podem ser creditadas a ele, pois não fazem parte de suas ações diretas. No entanto, na medida em que o Programa proporciona ampliação da produção, produtividade e renda, ou seja, das condições econômicas, as melhorias nas variáveis sociais podem vir como conseqüência.

No que se refere à análise da participação no mercado e do associativismo e cooperativismo como efeito do Programa, a produção é comercializada com o agente mais

próximo, e os preços nem sempre são conhecidos previamente e há pequenas margens de lucro. A inexistência de precondições para uma comercialização mais remuneradora, como armazéns, postos de venda, feiras e ainda a prática de compra e venda comum, é fator limitativo.

Não se verificou também, entre os beneficiários do Programa, um processo de organização formal mais consolidado, que pudesse dar suporte e facilitar a comercialização. A grande maioria está vinculada a formas associativas informais, com organizações incipientes que apenas para atenderem a atividades específicas, como compra e venda, sem um trabalho de mobilização mais engajado.

O Pronaf “B”, como evidenciado pelos resultados, não trouxe grandes mudanças para os beneficiários, senão pequenas alterações ainda pouco significativas, em termos de um salto qualitativo em sua realidade. Por ser uma situação historicamente estagnada, a alteração de suas condições socioeconômicas exige intervenções mais profundas e período de tempo de atuação maior.

Comportamento da renda familiar

Um dos pressupostos básicos de toda política de apoio à produção consiste em promover alterações positivas na renda família, os quais possam refletir melhorias generalizadas nas condições para produzir e na qualidade de vida dos pequenos produtores. Dessa forma, o comportamento da renda das unidades de produção torna-se o indicador mais importante dos resultados das ações do Programa.

Ao contrário dos grandes proprietários, que perseguem maior lucro médio, a produção familiar visa apenas à manutenção permanente da propriedade rural. Desse modo, a renda monetária do agricultor mantém-se sempre baixa, sem um padrão de acumulação estável. Isso se deve às especificidades e racionalidade interna da pequena produção, cujas limitações estruturais e conjunturais que abrangem todo seu modo de produção e sua vivência social determinam a manutenção de um baixo nível de renda.

A renda da exploração agropecuária destaca-se na composição das atividades produtivas beneficiadas pelo Pronaf “B”, e observa-se a existência apenas de pequenos excedentes comercializáveis, mas que não se sobrepõem a uma produção de subsistência, seu objetivo principal.

A principal fonte de renda das famílias rurais beneficiadas pelo Pronaf “B” é baseada em atividades relativas à agricultura, ou seja, 91,9% das propriedades têm na agricultura a base da composição da renda. Em 72,5% das propriedades, cerca de cinco pessoas da família moram na propriedade e têm a atividade agrícola com fonte de renda e sustento da família. Os resultados revelaram que cerca de 66,1% das famílias, em média, têm três pessoas sem renda; em 4,8% delas, uma pessoa não tem qualquer tipo de remuneração; e em 12,9%, existem, em média, cinco pessoas sem renda. O que ocorre, em geral, é que o chefe da família fica com a remuneração do trabalho e encarrega-se das despesas correntes. Observou-se, ainda, que 61,4% das famílias têm, em média, três menores que moram na propriedade, frequentam escola sem envolver no trabalho rural, e 38,7% das famílias não têm crianças menores de 18 anos em suas propriedades.

A composição da renda das famílias revela que a principal fonte de renda é a agrícola e, em alguns casos, membros da família trabalham no comércio ou em outras atividades gerando renda complementar.

Em relação ao comportamento ao longo do tempo, não se observou mudança nos itens diferenciadores de fonte de renda, ou seja, as pequenas mudanças ocorridas nas propriedades, ao longo do tempo, não fizeram variar essa composição. Este resultado era esperado, uma vez que as políticas de apoio à produção têm o objetivo de fixar e ampliar a renda agrícola, e não diversificá-la ou direcioná-la a outros setores.

Outro fator que demonstra a importância das políticas de apoio à produção para a agricultura familiar é a capacidade destas para alterar a faixa de renda familiar mensal obtida na atividade agrícola. No caso do Pronaf “B”, 83,9% dos beneficiários percebiam uma renda que equivalia, em média, a um salário mínimo, e 12,9%, de um e dois salários mínimos. Em 2004, verificou-se alteração nesses percentuais, que passaram a representar 74,2% e 21,0%, respectivamente.

Embora o valor médio do empréstimo seja pequeno, já que varia de R\$ 500,00/ano a R\$ 1.000,00/ano, ele possibilita, a cada ano, ampliação das atividades, chegando a gerar mudanças que são ainda pouco significativas para produzir um salto quantitativo na renda média familiar. Apesar de não se poder considerar um novo patamar compatível com as necessidades de uma produção para o mercado, sinaliza uma possibilidade nessa direção, a partir da manutenção e ampliação desse apoio governamental.

O financiamento do Pronaf B

A facilidade de obtenção de crédito é o motivo pelo qual 56,5% utilizavam as linhas de crédito que o Programa disponibiliza; 22,6% acreditavam na possibilidade de melhoria das atividades desenvolvidas dentro de suas propriedades com aplicação do crédito, e 11,3% adquiriram o crédito como forma de obter uma oportunidade para a introdução de uma nova atividade em sua propriedade. Constatou-se que 88,7% dos entrevistados não tiveram dificuldades em utilizar o crédito rural, o que demonstra que as linhas de crédito do Programa são acessíveis. Essa pode ser considerada uma característica fundamental para uma política de apoio a essa categoria, que não tem o hábito de lidar com agentes financeiros, burocracia e outras questões dessa natureza, o que acaba por afastá-los dos programas colocados em prática.

Quanto às orientações técnicas previstas na política de crédito rural do Pronaf, 90,3% dos agricultores familiares revelaram que as receberam do presidente da associação de produtores e, destes, 80,6% afirmaram que as orientações foram suficientes e satisfatórias para as atividades beneficiadas pelo Programa.

Na opinião de 40,3% dos entrevistados, a política de crédito rural é útil, adequada e eficiente, e 16,1% afirmaram que a documentação exigida é complicada e demorada, o que atrasa o processo de liberação do recurso. Cerca de 14,5% dos beneficiários afirmaram que a política de crédito teria mais utilidade se o valor do empréstimo liberado fosse maior, ou seja, se o recurso total disponível fosse superior a R\$ 1.000,00/ano, fato que demonstra a real necessidade de capital financeiro para aqueles que pretendem ampliar sua produção ou introduzir uma nova atividade.

Relação margem líquida média/crédito médio obtido

Em relação à elevação de renda e impacto no desenvolvimento econômico, o Pronaf “B” não apresentou resultados relevantes, como já ficou demonstrado, senão mudanças

pequenas e lentas. Essa realidade limitou a mensuração da relação benefícios e custos do Programa como forma de avaliar sua eficiência e eficácia.

Foi possível, no entanto, a partir da relação Margem Líquida Média Auferida, verificar como as atividades financiadas pelo Pronaf “B” e o valor do crédito médio obtido, a capacidade de pagamento do beneficiário em relação ao financiamento, o que estaria representando sua auto-suficiência.

A análise e a comparação desse indicador, nos anos de 2001 a 2004, permitiram avaliar a possibilidade de o empréstimo ser amortizado com receita da própria atividade e sua evolução, ou seja, a manutenção dessa capacidade. Pode-se, assim, criar uma perspectiva de retorno, na hipótese de manutenção do Programa.

As Tabelas 1, 2 e 3 mostram os resultados obtidos com bovino de leite, aves e suínos, para os quais os recursos do Pronaf “B” foram direcionados.

O cálculo da receita líquida média foi baseado na receita bruta média, descontado o custo médio de cada atividade, que foi estimado a partir de percentuais da receita bruta conforme indicação de especialistas da área, levando em consideração a forma como a atividade é conduzida na região, ou seja, baixa tecnologia e infra-estrutura incipiente principalmente para criação de aves e suínos. Para cada atividade, foram considerados dois percentuais, ou seja, duas possibilidades de desconto na margem bruta para se calcular a margem líquida: bovinos de leite: 60% e 65%; aves, 20 e 25%; suínos, 30 e 35%.

No cálculo do valor das amortizações anuais que representam o desembolso anual dos beneficiários, foram consideradas as condições definidas para o Pronaf B, ou seja, carência de um ano e taxa de juros de 1% a.a. Assim, partindo-se de um valor médio de financiamento de R\$ 500,00, foram obtidas as seguintes parcelas anuais de pagamento: primeira parcela, paga em 2001, equivalente a R\$ 126,25; segunda, de R\$ 127,51; terceira, de R\$ 128,79; e a última, de R\$ 130,08, perfazendo um valor total pago pelo beneficiário, em quatro anos, de R\$ 512,63. Como estão sendo comparados valores de 2001 e 2004, só as parcelas 1 e 4 foram utilizadas para compor as Tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 – Bovino de leite: margem bruta, margem líquida, amortização do financiamento e relação margem líquida/amortização, em reais de 2004

Ano	Margem bruta		Margem líquida (c) 65%	Amortização (d)	Relação	
	(a)	(b) 60%			(b/d)	(c/d)
2001	1.281	494	448	126	3,9	3,5
2004	1.385	554	485	130	4,2	3,7

Tabela 2 – Aves: margem bruta, margem líquida, amortização do financiamento e relação margem líquida/amortização, em reais de 2004

Ano	Margem bruta (a)	Margem líquida		Amortizaçã o (d)	Relação	
		(b) 20%	(c) 25%		(b/d)	(c/d)
2001	112	90	84	126	0,7	0,7
2004	144	116	120	130	0,8	0,9

Tabela 3 – Suínos: margem bruta, margem líquida, amortização do financiamento e relação margem líquida/amortização, em reais de 2004

Ano	Margem bruta (a)	Margem líquida		Amortização (d)	Relação	
		(b) 30%	(c) 35%		(b/d)	(c/d)
2001	151	106	98	126	0,8	0,8
2004	291	204	189	130	1,6	1,5

Pode-se verificar que, em todas as três atividades, ocorreu elevação da margem bruta, de 2000 para 2004. Apesar de o valor médio anual das receitas ser pequeno, observaram-se acréscimos importantes, especialmente para criação de suínos, que passou de uma receita média anual de R\$ 151,00 para R\$ 291,00, representando um acréscimo de 92,8%.

No caso da bovinocultura de leite e avicultura, os respectivos acréscimos foram de 8,1% e 29,0%, quando as receitas aumentaram de R\$ 1.281,00 para R\$ 1.385,00 e de R\$ 112,00 para R\$ 144,00.

Os resultados da relação receita líquida auferida e crédito médio obtido mostraram que este indicador só foi superior à unidade no ano de 2001, para a atividade bovino de leite, o que indica ser a renda dessa atividade suficiente para cobrir os custos representados pelo crédito obtido, revelando capacidade de pagamento e auto-suficiência da atividade, desde o primeiro ano.

No ano de 2004, no entanto, a relação foi superior à unidade também para suínos e próxima de um (0,9) para aves, o que indica progressão no sentido de atingir um patamar superior ao anterior, no que se refere a melhores condições de remuneração e capacidade de pagamento.

É ainda importante ressaltar, na análise desses resultados, o fato de que, mesmo nos casos em que os indicadores foram inferiores à unidade e mostraram valores de amortizações anuais inferiores à margem líquida, eles foram muito próximos da unidade e apresentaram tendência crescente, o que pode ser traduzido em perspectivas otimistas em relação ao retorno do recurso aplicado pelo Pronaf. Isso significa que, apesar de ser um recurso de valor pequeno e de não ter ainda se consolidado no tempo, na atuação e na amplitude de abrangência, tanto em nível de produtor quanto no de atividade, o programa apresenta capacidade para produzir mudanças, podendo ser caracterizado como uma proposta de apoio à produção que deve ser mantida e ampliada.

5. Conclusões

O Pronaf “B”, como evidenciado pelos resultados, não trouxe grandes mudanças para os beneficiários, senão pequenas alterações ainda pouco significativas, em termos qualitativos, em sua realidade. Por ser uma situação historicamente estagnada, alterar suas condições socioeconômicas exige intervenções mais profundas e período de tempo de atuação maior. A partir, entretanto, do cálculo da relação Margem Líquida Média Auferida e Crédito Médio Obtido e sua evolução, foi possível verificar a capacidade de pagamento do beneficiário em relação ao financiamento recebido e, a partir daí, criar uma perspectiva de maior retorno das atividades beneficiadas. Constatou-se que, em todas as três atividades que

receberam crédito, houve elevação desta relação, de 2001 a 2004. No entanto, o valor médio de cada receita foi pequeno, e a referida relação só foi superior à unidade, nos dois anos, para a bovinocultura de leite, o que indica que essa atividade é capaz de gerar receita suficiente para cobrir custos representados pelo crédito recebido. Para suínos, no ano de 2004, a relação também foi superior à unidade. O que se pode ressaltar, no entanto, é o fato de esse indicador, nos demais casos, ser próximo da unidade e apresentar sempre tendência de crescimento, resultado importante para as perspectivas de manutenção e ampliação do Programa.

6. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Agricultura. Brasília, 2000.

BUANAIN, A.M. **Trajatória recente da política agrícola brasileira**. Campinas: Núcleo de Economia Agrária/UNICAMP, 1997. (Relatório de Pesquisa – Projeto UTF/FAO/036/Brasil).

DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1985. 240 p.

DIAS, G.L.S., AMARAL, C.M. Mudanças estruturais na agricultura brasileira, 1980-1998. In: BAUMANN, R. (org.). **Brasil – uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 223-253.

HELFAND, S.M., REZENDE, G.C. A agricultura brasileira nos anos 90: o impacto das reformas políticas. In: GASQUES, J.G., CONCEIÇÃO, J.C.P.R. (Orgs.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 247-301.

MENDONÇA DE BARROS, J.R. (org.). **Agricultura e estabilização no Brasil**. Brasília: Ministério da Fazenda/EMBRAPA, 1998. 182 p.